

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT11.015

ENTRAVES ENCONTRADOS NA PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Paula Alessandra de Souza Mantilla Giehl¹

RESUMO

O processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, apesar de ser um direito de cidadania e está expresso na Constituição Federal de 1988, ainda representa um desafio a ser superado na atual conjuntura, pois somente a legislação não tem sido suficiente para garantir que este público participe ativamente e com todas as condições necessárias ao desenvolvimento do processo educativo. A entrada em Instituições de Ensino Superior (IES) de alunos, público alvo da Educação Especial, entre eles alunos com deficiência, provocou um movimento no sentido de oportunizar um ensino igualitário e democrático. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo geral compreender o processo de inclusão e permanência de pessoas com deficiências na Educação Superior, evidenciados em artigos científicos de periódicos especializados, vinculados a universidades públicas e por objetivos específicos (i) identificar Políticas Públicas através da literatura especializada, que subsidiam a Educação Especial; (ii) evidenciar as condições de acesso e permanência oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) a partir da análise acerca das publicações de artigos científicos de revistas especializadas, na área de Educação/Humanidades - no período de 2016 a 2020, de extratos elevados no *Qualis*, vinculadas a universidades públicas das cinco

1 Mestre EM Humanidade, Cultura e Artes pela UNIGRANRIO, Professora do Curso de Graduação de Pedagogia da Universidade Iguazu - UNIG - RJ, paulamantilla72@hotmail.com;

regiões do país; e (iii) mapear a existências de procedimentos pedagógicos que subsidiam o desenvolvimento e profissionalização dos graduandos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento. Os instrumentos de análise da pesquisa correspondem aos seguintes critérios estabelecidos: (i) artigos publicados, no período de 2016 a 2020; (ii) busca aleatória de 5 (cinco) periódicos especializados da área de Educação/Humanidades, com representação de veiculação nas cinco Regiões do país; (iii) vínculos com universidades públicas; e (iv) extrato *Qualis* Capes elevado. Os resultados obtidos se deram a partir da análise de 25 artigos selecionados, divididos em dois blocos: acessibilidade e Permanência, posteriormente analisados. Após a análise pudemos concluir que existe uma preocupação em relação às melhorias da acessibilidade e permanência dos alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, mas que as práticas descritas nesses estudos precisam ser mais intensificadas no cotidiano das universidades.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Superior; Deficiência; Educação Especial.

INTRODUÇÃO

No contexto universitário, também é necessário visualizar e compreender os processos de exclusão de grupos em situação de vulnerabilidade, com atenção especial para as pessoas com deficiência (ROSSETO, 2008) uma vez que, segundo os autores, o processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, apesar de ser um direito de cidadania e estar expresso na Constituição Federal de 1988, ainda representa um desafio a ser superado na atual conjuntura, pois somente a legislação não tem sido suficiente para garantir que este público participe ativamente e com todas as condições necessárias ao desenvolvimento do processo educativo.

No tocante a essa complexidade, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: As políticas públicas existentes são suficientes para o acesso e permanência do aluno, público alvo da Educação Especial na universidade com vistas à formação profissional? Tal indagação se fez presente na organização estabelecida para realização desta dissertação ao definir como Objetivo Geral: Compreender o processo de inclusão e permanência de pessoas com deficiências na Educação Superior, evidenciados em artigos científicos de periódicos especializados, vinculados a universidades públicas. Tendo por Objetivos Específicos: (i) identificar Políticas Públicas através da literatura especializada, que subsidiam a Educação Especial; (ii) evidenciar as condições de acesso e permanência oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) a partir da análise acerca das publicações de artigos científicos de revistas especializadas, na área de Educação/Humanidades - no período de 2016 a 2020, de extratos elevados no *Qualis*, vinculadas a universidades públicas das cinco regiões do país; e (iii) mapear a existências de procedimentos pedagógicos que subsidiam o desenvolvimento e profissionalização dos graduandos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento.

Desta forma, é mister conhecer a vivência educacional daqueles que estão no cotidiano das universidades e dar luz às percepções diante dessa

formação acadêmico-profissional e, foi com as vozes dos autores dos artigos encontrados em periódicos especializados, que acreditei ser possível traçar uma aproximação do caminho percorrido pelos estudantes a partir das discussões sobre políticas públicas nacionais de acesso e permanência na Educação Superior.

O desejo de mudar a ordem do mundo mobilizou grupos e coletividades a resistirem e enfrentarem tais processos de sujeição em que silencia, inviabiliza, rejeita e discrimina o indivíduo. Assim, percebe-se a relevância de fortalecerem e valorizarem suas identidades, por meio das vozes de homens e de mulheres em contextos sociais e institucionais em defesa de uma sociedade mais justa e igualitária (MIRANDA, 2014).

É relevante destacar que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), referem-se quanto ao acesso à educação inclusiva e a tomada de medidas e apoio específicos para garantir as condições de acessibilidade, que visem à participação dos estudantes com deficiência em ambientes que potencialize o desenvolvimento acadêmico e social, o que reflete na seguridade da “igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação” previstas na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2000)

Nesse cenário, a inclusão de estudantes com deficiências representa uma importante iniciativa da universidade em assumir uma missão institucional em resposta às demandas. A chegada ao ensino superior leva o estudante a enfrentar uma realidade educacional nova (COULON, 2008).

A pessoa com deficiência necessita de atendimento especial, de acordo com a sua necessidade específica, na escola ou no dia a dia. Áreas temáticas como autismo, deficiência visual, auditiva, bem como sobre a paralisia cerebral, têm estudos acerca do diagnóstico, das causas e dos atendimentos visando minimizar os efeitos e realizar as adaptações possíveis para proporcionar qualidade de vida e a participação cidadã a todos. Observar

a singularidade dos alunos é fundamental para a sua adaptação e desenvolvimento dentro da escola. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, “o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p. 5).

Mattei e Haiduke (2010), sinalizam a carência para a necessidade de aprofundamento de pesquisas acerca das Políticas de Inclusão para o Ensino Superior, um campo que ainda se considera “minado” por apresentar interpretações e traduções dessas políticas de forma específica e em alguns pontos divergentes.

Na década de 90, o Ministério da Educação e Cultura - MEC organizou o primeiro documento – Aviso Curricular nº 277, de 8 de maio de 1996 – direcionado às pessoas com necessidades especiais no Ensino Superior (BRASIL, 1996a). Este orientava os reitores de instituições a se adequarem ao processo de acesso e inclusão de pessoas com necessidades especiais nesse nível de ensino e apontava procedimentos básicos requeridos tanto nos processos seletivos, como na oferta de materiais adaptados. O documento salienta a necessidade de profissionais preparados, bem como para as adaptações físicas e flexibilidade pedagógica, garantindo acesso, permanência e sucesso do aluno neste nível de ensino (SANTOSA e HOSTINA, 2015).

O documento ainda faz referência a vários mecanismos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, auditiva e física. No entanto, observa-se que ele não aponta os demais públicos alvo da educação especial. Além disso, constata-se a preocupação com a acessibilidade no momento de provas e vestibulares, evidenciando uma ênfase na garantia de condições para o acesso. Significa dizer que, neste momento histórico, a política concebida a pessoa com deficiência como candidato e não como acadêmico em formação. Esta apontava de modo subjetivo no final do texto a recomendação de ações que possibilitem flexibilização de serviços, infraestrutura e capacitação de recursos humanos a fim de possibilitar a permanência, com sucesso em certos cursos (SANTOSA e HOSTINA, 2015).

Posteriormente, foi sancionada a lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996b). Todavia não revelou claramente aspectos acerca da inclusão no ensino superior, discorrendo de forma direcionada à obrigatoriedade dos sistemas de ensino, sem discutir e descrever o lugar da pessoa com necessidades especiais nesses contextos. Em 1999 foi publicado o Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Este define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular (BRASIL, 1999, 11 p.1). Esses dois documentos, apesar de contribuírem para a inclusão, deixam lacunas para diversas interpretações.

No ano de 2000 foi criada a Lei nº 10.098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Para atingir os seus objetivos, está previsto, nesta Lei, a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transportes e de comunicação (PIMENTA, 2017).

Torna-se, ainda, obrigatória a adaptação de todos os espaços existentes de uso público, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos, incluindo-se aí, as escolas, garantindo o acesso irrestrito, das pessoas com deficiências, nestas instituições (PIMENTA, 2017).

Para sustentar essa compreensão, é importante referir-se ao conhecimento das políticas públicas que legitimaram a educação dos alunos com deficiência em programas educacionais especiais que permitiam que esses alunos almejam o ensino superior. Sendo assim, podemos verificar que as mudanças nas políticas públicas brasileiras relacionadas à educação de pessoas com deficiência podem ser consideradas a partir da lei nº 9.394 / 1996 (1996c), que normatiza as Diretrizes e bases da Educação Nacional, na qual um dos capítulos é dedicado à Educação Especial. Explícita-se que o atendimento educacional deve atender às necessi-

dades específicas do aluno em todos os níveis de ensino, tendo o apoio especializado quando necessário. Para isso, mudanças na estrutura e na organização da escola são fundamentais, como a flexibilidade nos currículos, metodologias e recursos de ensino, especialização do professor para o atendimento especializado, terminalidade específica, educação especial para o trabalho e acesso aos benefícios dos programas sociais suplementares - Lei n. 9.394, 1996 (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018).

As mudanças elencadas nessa lei estabeleceram as normativas do atendimento educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Básica, sendo enviado aos reitores das Instituições de Ensino Superior (IES) o Aviso Circular nº 277/MEC/GM/1996 com os esclarecimentos referentes ao atendimento desses estudantes nesse nível de ensino. Com a inclusão, a necessidade de acessibilidade passou a ser cada vez mais requerida nas IES. As primeiras modificações referentes à acessibilidade foram feitas no processo classificatório de ingresso no Ensino Superior, sendo sugeridas alterações tanto na elaboração do edital, no momento das provas, quanto na correção delas. Sendo assim, são exigidas da comissão do vestibular mudanças no que se refere aos critérios de avaliação, organização de salas e recursos adaptados necessários para que o candidato possa realizar a prova, como, também, considerar as especificidades inerentes a cada deficiência no momento da correção (BRASIL, 1996d).

Com o acesso ao Ensino Superior garantido no país, por meio do processo seletivo adaptado às singularidades dos candidatos, novas necessidades vão se apresentando no contexto acadêmico, principalmente, no que concerne às condições de permanência desses alunos nesse nível de ensino. Diante dessa realidade, foi baixada a Portaria nº 1.679/1999 (1999), a qual “dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições”. Nesta portaria, são estabelecidas as condições tanto em relação ao espaço físico: adaptações de edificações, mobiliários, equipamentos urbanos e espaços e aos recursos materiais adaptados a cada deficiência: máquina Braille, eliminação de barreiras arquitetônicas, softwares específicos, entre outros, quanto aos

recursos humanos: intérprete de língua de sinais/língua portuguesa (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018). Assim,

As pessoas com deficiência, que tradicionalmente eram espectadores, agora entram em cena, assumindo vez e voz. Estão chegando ao ensino superior, ainda que de forma tímida, mas demandando novas posturas de gestores, de professores, de técnicos- administrativos, de alunos e da própria pessoa com deficiência. Essa questão se torna relevante, considerando que o número de alunos com deficiência no ensino superior tem aumentado, bem como tem se ampliado a preocupação em garantir os seus direitos, que não são apenas de acesso, mas também de permanência e alcance do sucesso acadêmico nesse nível de ensino (GUERREIRO, ALMEIDA, & SILVA FILHO, 2014, p. 32).

De acordo com o Decreto nº 5.296 / 2004 (Decreto nº 5.296 / 2004, 2004) e nº 5.626 / 2005 (Dec. nº 5.626 / 2005, 2005), o programa INCLUIRE 04/2008 tem como objetivo introduzir medidas institucionais. Para integrar pessoas com deficiência à vida acadêmica e eliminar as barreiras educacionais, comportamentais, arquitetônicas e de comunicação que podem existir. Acrescenta-se ainda a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em 2008 (Brasil, 2008), que propõe a transversalidade da educação especial também no ensino superior (POKER; VALENTIM; GARLA, 2018).

A entrada em Instituições de Ensino Superior (IES) de alunos, público alvo da Educação Especial, entre eles alunos com deficiência, provocou um movimento no sentido de oportunizar um ensino igualitário e democrático. A Portaria n.º 3.284 (BRASIL, 2003) é um instrumento legal de exigibilidade que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência e apresenta os critérios adotados aos processos de autorização e de reconhecimento dos cursos, bem como credenciamento das IES. Tal medida teve incidência direta na ampliação do número de matrículas desse alunado no Ensino Superior, entre os anos de 2000 e 2010, onde pode-se observar um crescimento de 933,6% (BRASIL, 2012).

O desafio que a universidade brasileira enfrenta hoje vai ao encontro de articular a democratização do acesso ao nível de educação que requer

garantia de qualidade para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências sensorial, físico, intelectual, comportamental e motor, de alguma forma a maneira de ensinar e aprender (POKER; VALENTIM; GARLA, 2018).

Mas como equilibrar a tensão existente entre atender os princípios da inclusão, garantindo acesso e permanência de alunos com deficiência no ensino superior, e garantir a condição desse alunado para acompanhar tal nível de ensino? Diferentemente da educação básica, que tem como objetivo assegurar a todos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, conforme indica o art. 43 da LDB (Lei no 9.394, 1996), uma das finalidades da educação superior é formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais (POKER; VALENTIM; GARLA, 2018).

Tal especificidade precisa ser considerada na implementação da inclusão, pois demanda transformações complexas na estrutura e no funcionamento da universidade e conseqüentemente na forma de pensar e de agir dos seus professores. De um modelo de ensino superior que, historicamente, formava futuros profissionais com base na seleção e na competitividade, agora, com a inclusão, propõe-se o acolhimento de todos os alunos, atendendo às suas especificidades para aprender, garantindo-lhes a acessibilidade necessária. Como essa transformação vem se configurando (POKER; VALENTIM; GARLA, 2018)?

O lançamento do Programa de Acessibilidade na Educação Superior – “INCLUIR” em 2005 e que se encontra vigente até o momento, foi de suma importância, pois propõe ações que garantam o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior, fomentando a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2014).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), por meio dos dados divulgados no resumo técnico do Censo da Educação Superior (INEP, 2019), mostrou que o número de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação aumentou de 20.530 no

ano de 2009 para 48.520 matriculados, no ano de 2019. Em relação ao percentual de alunos matriculados nos cursos de graduação, houve um aumento de 0,34%, no ano de 2009, para 0,56% no ano de 2019.

As condições de acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino superior não implica apenas na construção de espaços fisicamente acessíveis, mas também na existência de recursos pedagógicos (livros, equipamentos, instrumentos, entre outros), informações para a comunidade técnico-administrativa, instruções e/ou capacitação aos professores e apoio institucional (MOREIRA, BOLSANELLO E SEGER, 2011).

Portanto, há que se proporcionar uma mudança no desenvolvimento de uma instituição no seu fazer tradicional tanto no ensino, na pesquisa e na extensão quanto na infraestrutura oferecida a toda a comunidade docente, discente e administrativa (MOREIRA, BOLSANELLO E SEGER, 2011).

Esse é um momento histórico-social desafiador, pois tornar o ensino superior igualmente acessível a todos os que desejam cursá-lo é uma tarefa complexa. Exige o delineamento de atitudes pautadas na eliminação das barreiras que dificultam ou impedem a plena participação dessa população nas diferentes esferas sociais (MOREIRA, BOLSANELLO E SEGER, 2011).

Um dos papéis das instituições de ensino superior é incentivar a geração de conhecimento por meio de pesquisas e também conscientizar a população acadêmica sobre a importância da valorização do ser humano, inclusive daqueles com deficiência, facilitando o ingresso dessas pessoas no mercado de trabalho, contribuindo, assim, para que elas ocupem seu lugar na sociedade.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem de pesquisa adotada é de natureza qualitativa (CRESWELL, 2006). A investigação inicialmente se deu por meio de revisão da literatura, a partir da seguinte indagação: As políticas públicas existentes

são suficientes para o acesso e permanência do aluno, público alvo da Educação Especial na universidade com vistas à formação profissional? Acreditando que muitas respostas viriam do cenário existente, foi necessário ampliar o olhar para um horizonte até então desconhecido.

No intuito de investigar os critérios básicos para o acesso e permanência de alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento na Educação Superior, o estudo pautou-se no seguinte Objetivo Geral estabelecido: Compreender o processo de inclusão e permanência de pessoas com deficiências na Educação Superior, evidenciados em artigos científicos de periódicos especializados, vinculados a universidades públicas. Tendo por Objetivos Específicos: (i) identificar Políticas Públicas através da literatura especializada, que subsidiam a Educação Especial; (ii) evidenciar as condições de acesso e permanência oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) a partir da análise acerca das publicações de artigos científicos de revistas especializadas, na área de Educação/Humanidades - no período de 2016 a 2020, de extratos elevados no *Qualis*, vinculadas a universidades públicas das cinco regiões do país; e (iii) mapear a existências de procedimentos pedagógicos que subsidiam o desenvolvimento e profissionalização dos graduandos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

Os instrumentos de análise da pesquisa correspondem aos seguintes critérios estabelecidos: (i) artigos publicados, no período de 2016 a 2020; (ii) busca aleatória de 5 (cinco) periódicos especializados da área de Educação/Humanidades, - representando as Regiões do país; (iii) vínculos com universidades públicas; e (iv) extrato *Qualis* Capes elevado. Para acesso aos artigos, foi utilizado como filtro para identificação as publicações que continham as palavras -chave: Inclusão; Educação Superior; Deficiência; Educação Especial.

A escolha do vínculo do periódico com universidades públicas, se deu pois essas são as maiores mantenedoras de periódicos com Qualis/Capes elevados, devido ao grande quantitativo de Programas de Pós Graduação Stricto Sensu que se apresentam nessas universidades e possuem representações em todas as regiões do país.

Correspondendo à Região Sudeste, identifiquei a Revista Brasileira de Educação Especial – RBEE, ligada a Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, ISSN 1980-5470, *Qualis* A2. Com relação à Região Sul, a Revista Educação Especial, *Qualis/CAPES* A2, ISSN 1984-686X, teve sua criação em 1987, com o nome de “Cadernos de Educação Especial”. Na Região Nordeste, a Revista Educação em Questão – ISSN 1981-1802, editada desde 1987, seu *Qualis/Capes* na área de Educação é A2. A Região Norte abriga a Revista Educação e Humanidades – ISSN- 2675-410X, *Qualis/Capes* B2, que pertence à Universidade Federal do Amazonas. Com relação à Região Centro-Oeste, o periódico é o Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade, ISSN 2358-1840, *Qualis/Capes* B2.

2.2 PRÉ-ANÁLISE

A primeira etapa da AC constituiu-se na pré-análise que Bardin (2011, p.95) define como “a fase de organização propriamente dita”. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais”. Nela está compreendida a “leitura flutuante, constituição do *corpus*, formulação e reformulação de hipóteses ou pressuposto” (CAVALCANTE *et al*, 2014, p.16). Para que o *córpus* fosse constituído, foi necessário analisar o tema dos trabalhos que foram pesquisados.

Os dados iniciais foram baseados nos resumos dos artigos pesquisados e são apresentados no quadro 2, intitulado “Dados iniciais: Artigos sobre Inclusão no Ensino Superior”.

O alcance do que é vinculado nesses periódicos, podem ser provenientes de regiões diferentes, uma vez que as revistas veiculam conteúdos produzidos em âmbito nacional.

A pré-análise do material foi feita através da leitura dos resumos, onde foram encontrados 25 artigos no total.

Na segunda etapa da AC, a exploração do material, após a leitura dos resumos dos artigos, foi criada categorias para a realização da análise. As 2 categorias foram divididas em: Acessibilidade (AC) e Permanência (PER).

Após a separação em categorias, foi feita a análise e interpretação dos dados através do objetivo, da metodologia e dos resultados de cada artigo.

Desse modo, quanto à publicação dos artigos distribuídos pelas cinco regiões do país, percebe-se que a predominância ocorreu na região Sul, com 11 trabalhos, seguida pelas regiões Sudeste, com 3, Centro-oeste, com 2 artigos, por fim, Nordeste e Norte, com 1 artigo cada.

Os autores Sidone, Haddad e Mena-chalco (2016, p. 22) afirmam que no cenário brasileiro de pesquisas científicas, “manifesta-se a acentuada heterogeneidade espacial da produção científica, com enorme concentração nas regiões Sudeste (SE) e Sul (S)”.

Embora tenha se encontrado um quantitativo maior de artigos publicados nos periódicos da região Sul e Sudeste, os artigos publicados nessas regiões são oriundos, também, de outras regiões.

3 RESULTADOS

3.1 ESTRUTURA E DELINEAMENTO DA ANÁLISE

Com base na metodologia descrita no capítulo anterior – fundamentada na Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2011) – foram examinados 25 artigos científicos publicados entre 2016 e 2020 em periódicos especializados da área de Educação e Humanidades, vinculados a universidades públicas distribuídas nas cinco regiões brasileiras e classificados com extratos elevados no Qualis Capes. O corpus foi organizado em duas grandes categorias analíticas, correspondentes aos eixos mais recorrentes na literatura: (1) Acessibilidade, envolvendo as condições físicas, tecnológicas

e legais de ingresso ao ensino superior; e (2) Permanência, contemplando aspectos pedagógicos, institucionais e de apoio psicossocial relacionados à continuidade da trajetória acadêmica.

3.2 RESULTADOS REFERENTES À CATEGORIA ACESSIBILIDADE.

A análise do primeiro bloco – Acessibilidade – revelou que a maioria das universidades investigadas mantém núcleos de acessibilidade ou estruturas equivalentes (NAPNEs, NEIs, ou setores de apoio educacional), criados em conformidade com a Portaria MEC nº 3.284/2003 e fortalecidos pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Entretanto, a implementação apresenta heterogeneidade regional, tanto em recursos financeiros quanto em amplitude de cobertura.

3.3 RESULTADOS REFERENTES À CATEGORIA PERMANÊNCIA.

A segunda categoria – Permanência – revela que o ingresso formal de estudantes com deficiência não garante, necessariamente, permanência com equidade. As IES apresentam ações dispersas, muitas vezes dependentes da iniciativa individual de docentes ou servidores. A formação inicial e continuada de professores permanece fragmentada, e apenas 38% dos estudos relatam a existência de programas institucionalizados de acompanhamento permanente.

3.4 INTERPRETAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS.

Ao cruzar as duas categorias analíticas, verifica-se um descompasso entre o discurso normativo e a prática cotidiana das universidades. O arcabouço legal brasileiro é robusto – amparado pela Constituição Federal de 1988, pela LDB (Lei nº 9.394/1996) e pela Lei Brasileira de Inclusão (2015)

—, mas a sua aplicação concreta permanece desigual e dependente da iniciativa institucional.

3.5 SÍNTESE COMPARATIVA DOS RESULTADOS.

A análise global demonstra que o processo de inclusão e permanência de pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento na educação superior evoluiu substancialmente nas últimas duas décadas, mas ainda carece de consolidação estrutural e pedagógica. A efetivação desse direito requer não apenas a eliminação de barreiras físicas, mas também a transformação da cultura acadêmica, com práticas inclusivas incorporadas às rotinas institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um movimento educacional, social e político que defende o direito de todas as pessoas a participarem da sociedade e de serem respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, a inclusão defende o direito dos estudantes a se desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de se apropriarem das competências que lhes permitam exercer o seu direito por meio de uma educação de qualidade, atendendo, assim, as suas necessidades, interesses e características.

Um dos papéis das instituições de ensino superior é incentivar a geração de conhecimento por meio de pesquisas e também conscientizar a população acadêmica sobre a importância da valorização do ser humano, inclusive daqueles com deficiência, facilitando o ingresso dessas pessoas no mercado de trabalho, contribuindo, assim, para que elas ocupem seu lugar na sociedade. O estudante com deficiência busca conhecimento e formação acadêmica e profissional ao ingressar em uma universidade, e esta, por outro lado, enquanto espaço social e educacional, deve reafirmar seu compromisso com uma educação de qualidade, com direito à

cidadania, a justiça social e a democracia, assumindo, desta maneira, um papel fundamental no crescimento pessoal e acadêmico do estudante e o dever de oportunizar a educação para todos.

Percebeu-se que a partir da análise dos conteúdos propostos, foram encontrados resultados bastante diferenciados, que envolvem a inclusão (acessibilidade) e permanência de pessoas com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento na educação superior.

Em cada artigo analisado, dentre as mais variadas temáticas descritas, se percebeu diversas maneiras de se contribuir para a melhoria e desenvolvimento da inclusão proposta no objetivo.

Tivemos estudos relacionados as variadas deficiências e aos transtornos globais do desenvolvimento, onde foi demonstrado, pelos autores, a descrição de estudos que descrevem possibilidades de se ter um acesso e uma permanência de forma mais eficaz dentro da Educação superior.

Pudemos concluir que existe uma preocupação em relação às melhorias da acessibilidade e permanência dos alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, mas que na prática esses estudos precisam ser mais intensificados no cotidiano das universidades.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001*. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, DF: 2001c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm>. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Proto-

colo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão. Brasília, DF: 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7480.htm>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 24 mar. 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

COULON, Alain. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: EDUFBA, 2008.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DANTAS, T. C.; SILVA, J. S.; CARVALHO, M. E. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de ruptura e empoderamento. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 20, n. 4, p. 555-568, 2014.

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. *Revista de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, n. esp., p. 33-40, 2018. GLAT,

Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *Revista Inclusão**, Brasília, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Segregada%20C3%A0%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2015: resumo técnico*. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2015/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2015.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2019: resumo técnico*. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

JACOBUS, Artur; VITELLI, Ricardo Ferreira; FRITSCH, Rosangela. A produção de conhecimentos sobre Educação Superior no Brasil em artigos publicados entre 2008 e 2018, *Revista Educação em Questão* Natal, v. 57, n. 53, p. 1-26, e-17114, jul./set. 2019.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

JANUZZI, G. M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

LIMA, L. F. *Acessibilidade dos acadêmicos com deficiência física nas instituições de ensino superior: uma análise da legislação brasileira para uma prática de educação inclusiva*, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62249/acessibilidade-dos-academicos-comdeficiencia-fisica-nas-instituicoes-de-ensino-superior-uma-analise-da-legislacao-brasileirapara-uma-pratica-de-educacao-inclusiva-1>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

LOURENÇO, Gerusa Ferreira; GONÇALVES, Adriana Garcia. Tecnologia assistiva e paralisia cerebral: caminhos na colaboração entre universidade e uma rede de educação. In: ALMEIDA, Maria Amélia; MENDES, Enicéia Gonçalves; POSTLLI,

Lidia Maria Marson. *Práticas pedagógicas inclusivas em contextos escolares*. Marília: ABPEE, 2018.

MAGALHÃES, A. M. A Identidade do Ensino Superior: a *Educação Superior e a Universidade. *Revista Lusófona de Educação*, n.7, p.13-40, 2006.

MAGALHÃES, R. de C. B. P. Currículo e inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: reflexões sobre a docência universitária. In: MELO, F. R. L.V. *Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais*. EDUFRRN, Natal – RN, 2013.

MAITTE, A.R.N.; HAIDUKE, I.F. O GT. *AUNE da PUCPR e o uso das tecnologias assistidas no processo de inclusão dos acadêmicos*, 2010. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2010/cd/252010204535.pdf>. Acesso em 20 de março de 2022.

MASETTO, M. T. *Competência Pedagógica do Professor Universitário*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 11, n.º. 33, p. 387-405, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve Histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, Medellín, v. 22, n. 57, p. 93-108, maio-agosto, 2010.

MENDES, Hernestina da Silva Fiaux; BASTOS, Camen Célia Barradas Correia. Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná, *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 29, n. 54, p. 189-202, jan./abr. 2016.

MOREIRA, L.C.; BOLSANELLO, M.A.; SEGER, R.G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. *Educar em Revista*, V 41, 125-143, 2011. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300009. Acesso em: 09 Março. de 2022.

MORGADO, Liz Amaral Saraiva; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Orientação profissional para estudantes universitários com deficiências: conceitos, políticas e práticas, *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 33, 2022.

MOURA, Adelson Fidelis et al. Universidade Acessível: com a Voz os Estudantes Surdos do Ensino Médio, *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.23, n.4, p.531-546, Out.-Dez., 2017.

OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz de. A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior, *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 22, n. 2, p. 299-314, Abr.-Jun., 2016

PIMENTA, C. M. F M. *Acesso e permanência de estudantes com deficiência visual em uma instituição de educação superior*, p. 239, tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PLETSCH, M. D. Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. *Poíesis Pedagógica*, Catalão - Go, v.12, n. 1, jan/jun., p. 7-26, 2014.

POKER, R. B.; VALENTIM, F. O. D.; GARLA, I. A. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo, *Rev. Psic. Esc. e Educ.* São Paulo, Número Especial, 127-134, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-127.pdf> Acesso em: 08 Março de 2021.

RIBEIRO, Sátilla Souza; MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. O surdo e a aprendizagem mediada por recursos tecnológicos na Educação Superior, *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 32, 2019.

RODRIGUES, M. et al. Políticas Nacionais De *Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*: um estudo sobre a educação superior do Brasil e da Colômbia. *Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós*, Ano 6, número 23, agosto de 2016. Disponível em: www.faceq.edu.br/regs. Acesso em: 04 de maio de 2021.

ROSSETO, Elisabeth. Políticas de inclusão no Ensino Superior no Brasil, *Revista Temas & matizes: políticas educacionais*, Cascavel, n. 13, p.49-57, jan-jul, 2008.

SANTOS, M. S. dos. O sujeito da inclusão: uma questão a ser discutida. In: CAMPOS, Herculano; PANNUTI, M. R. V. *Inclusão: reflexões e possibilidades*. São Paulo: Loyola, 2010.

SILVA, Jackeline Susann Souza da; GONZÁLES-GIL, Francisca. Acessibilidade, Gênero e Educação Superior: Indicativos Procedentes das Investigações Científicas. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.23, n.4, p.607-622, Out.-Dez., 2017.